

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO EM FOCO: DESAFIOS E GARANTIAS DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM UMA AÇÃO DE EXTENSÃO

Carla Danielle Alencar Santos Morais

Docente do IFPI Campus São João do Piauí

E-mail: carla.alencar@ifpi.edu.br

Emily dos Santos Vieira

Discente do IFPI Campus São João do Piauí

E-mail: casjp.2024124badm0007@aluno.ifpi.edu.br

Geisa Maria Reis Santiago

Discente do IFPI Campus São João do Piauí

E-mail: casjp.2024124badm0011@aluno.ifpi.edu.br

Maria Lorena de Jesus Reis

Discente do IFPI Campus São João do Piauí

E-mail: casjp.2024124badm0021@aluno.ifpi.edu.br

Marina da Silva Leal

Discente do IFPI Campus São João do Piauí

E-mail: casjp.2024124badm0038@aluno.ifpi.edu.br

RESUMO

Este resumo apresenta os principais resultados de uma ação de extensão realizada na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de São João do Piauí, voltada à promoção dos direitos das Pessoas com Deficiência (PCDs) e ao fortalecimento de práticas inclusivas. A iniciativa foi conduzida por estudantes do curso de Bacharelado em Administração do IFPI Campus São João do Piauí, que atuaram como mediadores entre o saber acadêmico e a realidade comunitária. Por meio de uma metodologia participativa e dialógica, o projeto valorizou a escuta ativa e as experiências de vida dos envolvidos. As atividades incluíram rodas de conversa com familiares, uma palestra educativa sobre direitos legais e a dinâmica simbólica “Árvore dos Direitos”, que estimulou o sentimento de pertencimento e reconhecimento. Os resultados revelaram avanços na compreensão dos direitos das Pessoas com Deficiência (PCDs), maior segurança dos familiares diante de questões jurídicas e fortalecimento dos vínculos afetivos. Além disso, os estudantes desenvolveram habilidades interpessoais e senso crítico, aproximando a formação acadêmica da prática social. A experiência reafirma o papel transformador da extensão universitária e destaca que a inclusão vai além de adaptações físicas, exige empatia, respeito e mudança cultural. Este trabalho convida à reflexão sobre cidadania, equidade e o compromisso coletivo com uma sociedade mais justa.

Palavras-chave: inclusão social; direitos humanos; cidadania; equidade; deficiência.

1 INTRODUÇÃO

O projeto de extensão “Acessibilidade e Inclusão: Os Desafios e Garantias dos Direitos das Pessoas com Deficiência” foi desenvolvido durante o Módulo III do Curso de Bacharelado em Administração do IFPI Campus São João do Piauí, com atividades realizadas na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) da cidade. A proposta surgiu da preocupação com os desafios enfrentados pelas Pessoas com Deficiência (PCDs), cujas necessidades ainda são frequentemente ignoradas pelas estruturas sociais, jurídicas e culturais, dificultando o pleno exercício da cidadania.

O objetivo da iniciativa foi promover um espaço de escuta ativa, aprendizagem mútua e reflexão coletiva sobre os direitos das Pessoas com Deficiência (PCDs), envolvendo diretamente os sujeitos impactados, seus familiares e a comunidade local. Mais do que informar, o diálogo buscou sensibilizar e fortalecer vínculos, reconhecendo que a inclusão vai além de adaptações físicas, exige transformações profundas nas práticas sociais, nas políticas públicas e na cultura institucional.

Fundamentado na abordagem dos direitos humanos e da equidade, o projeto compreende a deficiência como resultado da interação entre limitações individuais e barreiras sociais. As contribuições de Silva (2018), Carvalho (2019) e Almeida (2016) reforçam que a inclusão é um dever legal e um compromisso coletivo, cuja efetividade depende da mobilização da sociedade civil. Ao promover valores como empatia, respeito e responsabilidade social, o projeto fortaleceu a cidadania e incentivou a autodeterminação das Pessoas com Deficiência (PCDs) em diversos contextos comunitários.

2 METODOLOGIA

A metodologia adotada neste projeto baseou-se na pesquisa-ação, com enfoque participativo e dialógico, alinhada à abordagem qualitativa. Essa escolha se justifica pela necessidade de compreender as vivências e contextos sociais das Pessoas com Deficiência (PCDs), promovendo transformação social por meio da participação ativa dos envolvidos. Segundo Thiollent (2011), a pesquisa-ação articula investigação e intervenção, enquanto Freire (1996) defende que o conhecimento se constrói no diálogo entre sujeitos. O planejamento incluiu um levantamento teórico sobre os direitos das PCDs, realizado entre 3 de abril e 8 de maio, com base na Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015). Em 6 de maio, foi feita uma visita à APAE de São João do Piauí para alinhar expectativas com a

equipe local. A partir disso, elaborou-se um plano de ação com estratégias adequadas ao público-alvo. As atividades ocorreram em 29 de maio de 2025 e foram divididas em três momentos: roda de conversa com familiares, palestra educativa e dinâmica interativa. A roda de conversa foi fundamentada na legislação vigente e funcionou como espaço de escuta e acolhimento. A palestra, ministrada pelo professor Carlos Daniel Mousinho, abordou direitos legais das PCDs, como isenção de impostos na compra de veículos (Lei nº 8.989/1995), vagas preferenciais (Art. 47 da Lei nº 13.146/2015), cotas em concursos (Art. 37, VIII da CF) e inclusão educacional (Lei nº 7.853/1989). A dinâmica “Árvore dos Direitos”, inspirada em práticas lúdicas de educação em direitos humanos (ROGÉRIO, 2021), promoveu expressão simbólica e pertencimento. Foram utilizados materiais simples como cartolinas, tintas e pincéis. Os recursos humanos envolveram estudantes extensionistas, docentes, equipe da APAE e familiares, cuja participação foi essencial para o êxito do projeto.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão da deficiência como fenômeno social e jurídico tem evoluído significativamente nas últimas décadas, especialmente com o fortalecimento das abordagens baseadas nos direitos humanos. No contexto brasileiro, essa mudança de paradigma é evidenciada pela promulgação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que representa um marco legal ao reconhecer a deficiência como resultado da interação entre limitações individuais e barreiras sociais.

Silvia F. de Almeida (2016) destaca que a legislação é um instrumento essencial para assegurar os direitos das Pessoas com Deficiência (PCDs), mas sua efetividade depende da mobilização da sociedade civil e da transformação das estruturas que sustentam desigualdades. A autora aponta que, embora o Estatuto represente um avanço, ele não opera isoladamente, sendo necessário que políticas públicas, práticas institucionais e atitudes sociais estejam alinhadas com os princípios da inclusão e da equidade. Nesse mesmo sentido, José Afonso da Silva (2018) defende que a inclusão deve ser compreendida como um dever jurídico e um compromisso coletivo. Para o autor, a efetivação dos direitos das Pessoas com Deficiência (PCDs) exige uma interpretação que vá além da literalidade da norma, promovendo a inclusão social como prática cotidiana. Essa perspectiva reforça a importância de ações educativas e comunitárias que estimulem o protagonismo das Pessoas com Deficiência (PCDs) e o reconhecimento de suas vivências.

Sérgio de Carvalho (2019) aprofunda essa discussão ao afirmar que a mudança cultural é um dos pilares para a inclusão efetiva. Segundo ele, não basta garantir o acesso físico aos espaços, é preciso romper com estruturas excludentes que se perpetuam nas relações sociais, nas instituições e nos discursos. O autor propõe uma análise crítica do Direito, evidenciando que a inclusão só será plena quando houver uma revisão dos valores que sustentam a normatividade jurídica. Peter C. H. H. Scherer (2020) contribui com uma abordagem multidimensional da deficiência, compreendendo os direitos das Pessoas com Deficiência (PCDs) em suas dimensões civil, política e social. Para Scherer, a inclusão não pode ser tratada como ação pontual, mas como processo contínuo que exige participação ativa, respeito às diferenças e compromisso com a equidade. Essa visão dialoga diretamente com os objetivos do projeto, que buscou promover espaços de escuta e reflexão coletiva. Por fim, André Ramos Tavares (2017) reforça que os direitos humanos devem ser o eixo central das políticas voltadas às Pessoas com Deficiência (PCDs). Ele argumenta que a dignidade da pessoa humana é o fundamento que sustenta a inclusão, e que qualquer ação nesse campo deve estar orientada pela valorização da autonomia, da participação e da cidadania. A partir dessas contribuições teóricas, o projeto “Acessibilidade e Inclusão” foram estruturados com base em princípios que reconhecem a deficiência como questão de justiça social. As atividades desenvolvidas buscaram traduzir esses conceitos em práticas concretas, promovendo o diálogo entre o saber acadêmico e a realidade vivenciada pelas Pessoas com Deficiência (PCDs) e suas famílias.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ação extensionista realizada na APAE de São João do Piauí beneficiou diretamente cerca de vinte pessoas, entre PCDs, seus familiares e colaboradores da instituição. A comunidade acolheu as atividades com entusiasmo, e o espaço de escuta ativa fortaleceu vínculos, promoveu trocas de experiências e consolidou um ambiente de confiança e respeito.

Os relatos colhidos durante e após a ação indicam que muitos participantes ampliaram sua compreensão sobre os direitos das PCDs, especialmente os familiares, que demonstraram maior segurança ao lidar com questões jurídicas e sociais relacionadas à inclusão. A palestra ministrada pelo professor Carlos Daniel Mousinho foi considerada um dos momentos mais enriquecedores, pela clareza, sensibilidade e capacidade de traduzir conceitos legais em linguagem acessível, despertando reflexões importantes sobre cidadania e empoderamento.

A dinâmica “Árvore dos Direitos” também se destacou como atividade simbólica e afetiva, promovendo a expressão das identidades das PCDs e o reconhecimento de suas vozes no espaço coletivo. O envolvimento dos familiares reforçou o sentimento de pertencimento e valorização, consolidando a proposta do projeto de promover práticas inclusivas e participativas.

Para os estudantes extensionistas, a ação uniu teoria e prática na realidade social, estimulando o desenvolvimento de habilidades interpessoais, sensibilidade social e capacidade de mediação, aspectos fundamentais para a formação cidadã e profissional. Apesar dos resultados positivos, alguns desafios foram enfrentados, como a necessidade de integrar propostas individuais da equipe, exigindo organização e diálogo constante. Além disso, a adaptação do tema inicial, que previa a abordagem dos direitos trabalhistas, para uma proposta mais ampla e alinhada às demandas reais da comunidade, exigiu flexibilidade e escuta ativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de extensão de “Acessibilidade e Inclusão” demonstrou a eficácia de ações que priorizam o diálogo e o respeito às experiências pessoais das PCDs para gerar mudanças sociais concretas. A experiência reafirmou os objetivos iniciais ao comprovar o avanço na compreensão dos direitos e a aproximação entre os participantes, resultados que se sustentam no contato direto e na troca de saberes.

Constatou-se que a inclusão plena não se limita a adaptações físicas, mas se manifestam principalmente em atitudes cotidianas de empatia e respeito à singularidade, enfrentando as barreiras culturais e estruturais ainda presentes. A aplicação empírica deste trabalho sugere a importância de ampliar e manter iniciativas como esta, que aproximam a formação acadêmica da realidade social e promovem uma cultura mais solidária e inclusiva.

Além disso, a experiência cumpriu o papel de proporcionar aos estudantes uma formação mais humanizada, estimulando o senso crítico e a responsabilidade social, elementos essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e consciente.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à equipe da APAE de São João do Piauí pela receptividade, aos familiares das Pessoas com Deficiência (PCDs) pela confiança, aos colegas extensionistas

pelo empenho e dedicação ao projeto, e especialmente à professora orientadora Carla Danielle Alencar pelo apoio e orientação fundamentais ao longo de toda a iniciativa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvia F. de. Estatuto da Pessoa com Deficiência: comentários à Lei nº 13.146/2015. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>

BRASIL. Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre isenção de IPI na aquisição de automóveis por pessoas com deficiência. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>

CARVALHO, Sérgio de. Direito e deficiência: uma análise crítica. São Paulo: Editora LTr, 2019.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

ROGÉRIO, Fernanda Sousa. O lúdico, a brincadeira e os jogos como forma de introdução da educação em direitos humanos na educação infantil. Revista Científica da UNILAGO, v. 6, n. 1, 2021. Disponível em: <https://revistas.unilago.edu.br>

SCHERER, Peter C. H. H. Perspectivas da deficiência. São Paulo: Editora Atlas, 2020.

SILVA, José Afonso da. Direitos das pessoas com deficiência: uma visão crítica. São Paulo: Editora Malheiros, 2018.